



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09.35h horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. REQ. N. 964/15, DATADO DE 08/06/2016 – PC N.º 224/16, DATADO DE 08/06/2016 – JUNTA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE
3. REQ. N.º 736/16, DATADO DE 09/05/2016 – PC N.º 168/16, DATADO DE 09/05/2016 – JOSÉ ALBERTO BAROSEIRO SOARES
4. REQ. N. 1003/16, DATADO DE 16/06/2016 – PC N.º 234/16, DATADO DE 16/06/2016 – NAU FRAGIL-BAR, LDA
5. REQ. N. 634/16, DATADO DE 20/04/2016 – PC N.º 77/16, DATADO DE 09/03/2016 – CARLOS MANUEL VARGES PINTO e MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

6. REQ. N.º 876/16, DATADO DE 27/05/2016 – PC N.º 166/12, DATADO DE 14/06/2012 – por ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA e MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO
7. REQ. N. 1092/16, DATADO DE 30/06/2016 – PC N.º 377/15, DATADO DE 14/10/2015 – EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA.
8. REQ. N. 1008/16, DATADO DE 17/06/2016 – PC N.º 52/16, DATADO DE 10/02/2016 – CARLA SOFIA AMORIM ROSA
9. REQ. N. 512/16, DATADO DE 05/04/2016 – PC N.º 111/16, DATADO DE 05/04/2016 – SIRE - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA
10. REQ. N. 1002/16, DE 16/06/2016 E REQ. N.º 1167/16, DATADO DE 11/07/2016 – PC N.º 233/16, DATADO DE 16/06/2016 – BLEACH DESIGN UNIPessoal LDA
11. REQ. N. 653/16, DATADO DE 22/04/2016 – PC N.º 17/97, DATADO DE 07/01/1997 – TAUTI-TECNICA INDUSTRIAL DE MOLDES,LDA.
12. REQ. N. 1201/16, DATADO DE 14/07/2016 – PC N.º 286/16, DATADO DE 14/07/2016 – BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA.
13. REQ. N. 1189/16, DATADO DE 13/07/2016 – PC N.º 281/16, DATADO DE 13/07/2016 – REINADOS E PREDICADOS LDA.
14. REQ. N. 1184/16, DATADO DE 14/07/2016 – PC N.º 278/16, DATADO DE 14/07/2016 – GUILHERME FERREIRA DA COSTA CERVA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
15. REQ. N. 231/16, DATADO DE 19/02/2016 – PC N.º 60/2016, DATADO DE 29/02/2016 – RUI FERNANDO REMÍGIO COELHO
16. E/5359/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
17. E/5560/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
18. APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA RUA NOVA DO MOINHO DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES
19. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
20. CEMITÉRIO MUNICIPAL – ABANDONO DE SEPULTURAS

21. ISENÇÃO PARA O PAGAMENTO DE TAXAS
22. RECEÇÃO DEFINITIVA
23. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE MARIA DE LURDES ANJOS MATOS, INQUILINA RESIDENTE NA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º ESQUERDO DO BLOCO M, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO
24. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARIA DE LURDES ANJOS MATOS PARA A FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º FRENTE DIREITO DO BLOCO M, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA.
25. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS
26. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2016 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS
27. APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2016, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
28. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA DA CULTURA
29. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### 1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

**Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:**

1 - Sr. Rogério Maurício Serra, residente na Rua das Figueiras, nº 23 - Cruzes, que pretende demonstrar o seu desacordo com o pagamento de uma fatura de água do cliente cód. 80179. O Sr. Rogério disse ter tido uma rotura há uns anos, que foi detetada pelos nossos

serviços, mas que o problema foi de imediato resolvido porque ele efectuou o respetivo pagamento, mas a Câmara insiste que ele tem uma dívida.

2 - **Sra. D. Sisaltina de Almeida Silva Filipe**, residente na Urbanização Valeira, nº 15 Vieira de Leiria, que pretende saber quando é que a Câmara vai fazer o saneamento da referida urbanização. As fossas estão por baixo da sua casa, o que causa graves danos à construção e à saúde dos que nela habitam. Este problema arrasta-se há 8 anos, está cansada das promessas sucessivas que lhe têm feito. Quer o problema resolvido de uma vez por todas ou tomará medidas mais drásticas, como fazer greve de fome em frente à Câmara.

3 - **Sr. Cristiano Rodrigues Chanoca**, residente na Estrada Principal à Garcia, nº 5, Garcia, que reclama sobre os critérios de atribuição dos subsídios à atividade desportiva e a questão do campo sintético da Portela. O Atlético Clube Marinhense investiu cerca de 30 mil euros e a Câmara não resolve o problema. O executivo camarário não se entende. O facto de não existir uma revisão orçamental não pode impedir que a Câmara atue com bom senso e responsabilidade na resolução deste assunto. Apelou a todos os membros do executivo que procurem uma solução para o ACM.

4 - **Sr. Juventino Domingues Fernandes**, residente na Rua da Várzea, nº 45, Várzea, disse que o ACM anda embrulhado em problemas com a Câmara, há cerca de 8 anos. O ACM é um clube com história e prestigiante para a marinha Grande, têm 7 equipas nas camadas jovens que precisam de jogar. Estão cansados deste impasse. O campo sintético foi dado aos Vidreiros, e os ACM e a Garcia ainda têm o problema por resolver. Não está contra os outros clubes, todos têm o seu valor, mas o futebol e as camadas jovens merecem mais. Tem que haver uma solução.

4 - **Sr. Mário Carlos Martins Fernandes**, residente na Rua Marquês de Pombal, nº 92, Marinha Grande, na qualidade de Presidente do ACM expôs vários assuntos sobre o clube numa carta aberta. O conteúdo integral da mesma foi entregue em papel pelo munícipe e fica anexo à presente ata. **(Anexo nº 1)**

5 - **Sr. Joaquim Loureiro Andrade**, residente na Praceta do Vidreiro, nº 4 – 2º eq, Marinha Grande, abordou vários assuntos:

- falta de iluminação no Parque dos Mártires do Colonialismo
- deterioração do parque infantil do Parque dos Mártires do Colonialismo
- ausência de casas de banho públicas no Parque dos Mártires do Colonialismo
- algumas braças de palmeiras estão a causar perigo
- ausência de sinalização
- os anexos não constam nas atas das reuniões de Câmara que estão publicadas no portal.

O conteúdo integral desta intervenção, encontra-se no documento entregue pelo munícipe e que se anexa à presente ata. **(Anexo nº 2)**

6 - **Sr. Francisco José Almeida Gomes**, residente na Rua de Leiria, nº 112, Marinha Grande veio reclamar sobre o valor m3 de água que a CMMG cobra ao Mariparque. O Mariparque é o melhor cliente de água do Concelho, não é justo que pague o m3 de água mais caro do que o de consumo doméstico. As primeiras 6000 entradas no parque aquático são só para pagar a água. O Mariparque está no top 10 dos consumidores, mas estranha não ver lá outras empresas. Apela ao bom senso e ao manifesto interesse público do equipamento para que se crie um regime de exceção quanto ao valor da água.

Solicitou que a CMMG desloque os caixotes do lixo que estão a norte, mesmo junto do Hotel Vieira Praia, para junto das casas de banho públicas, por exemplo. A sua localização atual, em nada contribui para a boa imagem, quer do hotel, quer da Praia. Ofereceu-se para colaborar na promoção turística do Concelho e ajudar a colocar a Marinha Grande no mapa do Turismo.

**Relativamente ao período de intervenção do público, foram registadas as seguintes intervenções:**

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu ao Sr. Presidente para intervir sobre as questões colocadas pelo público, dado que dizem respeito a todo o executivo, porque todos fazem parte da solução e não são o problema.

O **Sr. Presidente** referiu que o executivo permanente é que tem responsabilidade e que quem responde ao público de acordo com o Regimento é o Presidente da Câmara.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** insistiu em responder ao público e não concorda que não o possa fazer.

O **Sr. Presidente** voltou a frisar o que diz o Regimento, que foi aprovado por todos, mas que perante a insistência do Sr. Vereador Vítor Pereira, a que se juntaram também os pedidos dos outros Srs. Vereadores, vai excecionalmente autorizar que cada um faça uma intervenção.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:**

- ⇒ Apelou à Câmara que resolva o problema da dívida da água do Mariparque. Que se estude se é possível um regime de exceção relativamente à alteração do valor m3 de água que a Câmara está a cobrar para este equipamento turístico, que deveria ser considerado de utilidade pública dada a sua importância para o Concelho.
- ⇒ Lamenta que o problema do saneamento aqui referido pela Sra. D. Sisaltina não esteja resolvido, ao fim de 8 anos de reclamações. É preferível dizer que não se pode fazer do que andar a enganar as pessoas durante anos.
- ⇒ Em relação ao ACM, desconhece a existência de qualquer acordo com a CMMG. Se alguém disse que a solução para o problema do ACM estava relacionado com a não aprovação da revisão orçamental, estava enganado, tal não é verdade.

O assunto do ACM pode ser resolvido sem a revisão e está disponível para o resolver já e agora. A CDU não está disponível para apadrinhar situações que visam campanha eleitoral.

A questão do sintético da Garcia também precisa de ser resolvido. É preciso bom senso, isto não pode ser uma balda, tem que ser analisado de forma séria e na globalidade.

- ⇒ O Sr. Andrade vem aqui habitualmente, trazer informação útil para ajudar a resolver problemas, que são de todos nós.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu o seguinte:**

- ⇒ Tem feito o possível e impossível para contribuir para a solução dos problemas que foram trazidos aqui, muito justamente. Lamentou que ao fim de 42 anos de democracia, ainda haja tantos problemas para resolver. Disse que o facto de não haver coragem de mexer na organização (CMMG) leva a promessas de resposta rápida. A Lei não é impedimento para que sejamos mais criativos. O modelo existente que controla a manutenção dos espaços públicos, é casuístico, não é objeto de planeamento.
- ⇒ A Câmara é que, antecipadamente, devia ajudar o Mariparque. Hoje e já, podemos alterar o valor do m<sup>3</sup> da água. Quem mais gasta, deve pagar menos. O problema está que quando se for rever os preços que vigoram no regulamento, todos os municípios vão pagar a água e o saneamento, muito mais caro.
- ⇒ O ACM merece muito mais do que tem recebido, o relvado não é problema nenhum. O ACM tem sido uma gazela para o desenvolvimento desportivo do concelho, já demonstrou que tem capacidade para dar retorno à Marinha Grande. Ao longo dos anos têm sido tratados de forma injusta, quando comparados com outros clubes. Se o Sr. Presidente fez 14 alterações ao orçamento, que são da sua competência, também pode fazer mais esta.

**O Sr. Vereador António Santos referiu o seguinte:**

- ⇒ Aceita o problema do Sr. Serra e entende que o mesmo não deve pagar, pois não houve intenção. Foi avisado e pagou e tomou as diligências necessárias junto dos serviços de águas.
- ⇒ Quem governou ao longo destes anos, não usou os dinheiros comunitários para resolver problemas como o da Sra. D. Sisaltina. Continuamos a ter a política do não.
- ⇒ O ACM vem fazer aqui um apelo. Não querem promessas, querem a obra feita.
- ⇒ Apoia regras de exceção para a questão da água do Mariparque e outros casos semelhantes. Concorde com a mudança de local dos lixos e apoia a promoção turística do Concelho em parceira.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:**

- ⇒ Há situações no Concelho muito piores do que imaginava, está na política para ajudar. É preciso um plano estratégico para a Marinha Grande a médio e longo prazo. É preciso definir o que queremos para as diferentes áreas de intervenção.
- ⇒ O plano elaborado pelo Prof Augusto Mateus deve ser apresentado e discutido para ajudar a resolver os problemas da nossa terra. Temos 7 milhões de euros para gastar, temos que definir onde o queremos gastar e como o vamos gastar.
- ⇒ O Sr. Rogério está incomodado porque tem uma dívida que já pagou e ninguém lhe resolve problema.
- ⇒ A Sra. D. Sisaltina vem novamente reclamar e não se resolve nada.
- ⇒ A reprovação da revisão não serve de desculpa para se encontrar uma solução para o ACM.
- ⇒ Quanto ao Mariparque, devem os serviços procurar enquadrar esta situação da tarifa de água. Defende que nas zonas turísticas, o lixo não deve estar à superfície, deve estar enterrado.
- ⇒ O Sr. Andrade vem aqui às reuniões com regularidade prestar um serviço de interesse público.

**A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho referiu o seguinte:**

- ⇒ ACM – Devemos honrar os nossos compromissos e se isso for feito cumprimos com os munícipes. Está na primeira linha na solução do Problema, mas não devemos vender a ideia que o problema está na aprovação da revisão, é mentira. Há dotação, há alterações ao orçamento feitas pelo Sr. Presidente, que tem essa competência. Estão disponíveis para resolver HOJE, o problema do ACM.
- ⇒ Mariparque – lamentavelmente, a questão da tarifa da água volta aqui, quinze dias depois e sem solução.
- ⇒ Elogiou o trabalho do Sr. Andrade, que é o “nosso olheiro”.

**A Sra. Vereadora Cidália Ferreira referiu o seguinte:**

- ⇒ Democracia tem regras, e temos que a respeitar. O respeito que todos devemos ter por este órgão deve fazer parte da nossa forma de aqui estar e da atitude de respeito que esta casa nos merece e exige. Representam os cidadãos que os elegeram e estão na casa que é o espelho da democracia. Apeteceu-lhe dizer muitas coisas e dar as respostas que mereciam ouvir, mas porque respeita demais este órgão, não o fez.  
Estão ali para honrar os seus compromissos e lembrou que regressou, neste mandato a 23 de Setembro de 2015. Nessa data, assumiu também o Presidente as suas funções e fizeram um levantamento dos assuntos de todas as áreas, dado que até essa altura havia pelouros que não estavam dentro das suas competências.



- ⇒ ACM - Havia que cumprir um compromisso com dois relvados sintéticos, ACM e Garcia.

Em outubro, começaram a reunir com os clubes para que até ao final do ano se pudesse realizar a obra que, deveria ficar concluída até 15 de dezembro. Com os clubes chegou-se à conclusão que não era possível que a obra ficasse concluída nessa data. Ficou então assumido que só voltariam a existir condições para esse apoio na altura da revisão ao orçamento que se previa para maio e que já se calculava que o saldo a transferir seria entre 6 a 7 milhões de euros. A Câmara fez o orçamento anterior já de acordo com a incorporação deste saldo da conta gerência. Em 42 anos de democracia sempre assim foi.

- ⇒ Agradeceu aos munícipes presentes, as questões e sugestões levantadas e ao Dr. Almeida Gomes a sua disponibilidade para colaborar com a Câmara na área do turismo, e se estiver disponível para a semana, poderão agendar uma reunião para começarem a trabalhar. E como palavras leva-as o vento, e é muito bonito dar as respostas que as pessoas gostam de ouvir, mas o que é preciso é trabalhar, os Senhores Vereadores que façam as suas sugestões de alteração a esta revisão com a rapidez que todos dizem que têm de ser dadas respostas e comprometam-se aqui e agora, a dar prazos para essas sugestões, ou indicar dias disponíveis para estarmos sentados a esta mesa e fazer as alterações que acham convenientes. Temos que ser capazes de trabalhar e não de impor as vontades de cada um. Disse estarem disponíveis já hoje.

**O Sr. Presidente Paulo Vicente referiu o seguinte:**

- ⇒ Abriu esta exceção de resposta ao público, mas o Sr. Vereador Carlos Logrado excedeu-se na sua intervenção.
- ⇒ Sr. Rogério – vai agendar com ele uma ida aos serviços de água para esclarecer e resolver o problema.
- ⇒ Sra.D. Sisaltina – a obra de saneamento que é necessária implica a desqualificação da estrada, que pertence às Estradas de Portugal. São cerca de 400 metros e estão a aguardar desde 2012 essa decisão, uma vez que o pagamento das taxas é mais oneroso para a Câmara, do que a própria obra. Não podem abrir valas, sem a autorização das EP, o projeto já está feito para ir a concurso. Logo que obtiverem a resposta, avançam com o saneamento.
- ⇒ Mariparque – o regulamento não prevê exceções para tarifas de água. Os serviços estão a rever todos os projetos do Mariparque na tentativa de perceber se há outra via para resolver este assunto.
- ⇒ Sr. Andrade – está a compilar as respostas referentes aos diferentes problemas que tem vindo levantar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de esclarecimento ao público, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:15 horas às 11:40 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Sra. Vereadora Cidália Ferreira solicitou autorização ao Sr. Presidente para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do médico Dr. Mário Morais Roldão, a que se juntou o restante executivo numa homenagem sentida pelo desaparecimento de um homem bom e de um grande Marinhense.

### **VOTO PESAR FALECIMENTO MÁRIO MORAIS ROLDÃO, MÉDICO**

*“Tuas forças naturais, as que estão dentro de ti, serão as que curarão suas doenças”  
(Hipócrates, 460 a.c.)*

*No dia 18 de Julho de 2016, a Marinha Grande acordou para o desaparecimento de um dos seus mais ilustres filhos, Mário Morais Roldão, o Homem das lutas estudantis em Coimbra, o médico que serviu durante muitos anos muitos Marinhenses, quer como médico de Medicina do Trabalho, quer no exercício privado da sua atividade profissional onde acompanhou tantas e tantos que nele confiavam o bem mais precioso, o seu bem-estar físico e até mesmo emocional, porque além de Profissional, foi sempre também um grande Amigo.*

*Parafraseando Hipócrates, cujo juramento o Dr. Mário Morais Roldão se dispôs a cumprir e cumpriu fielmente, foi nas suas forças naturais, no seu carácter, na sua bondade e generosidade, na sua intuição e na sua profunda humanidade que muitos Marinhenses confiaram quando procuravam a cura para as suas doenças.*

*Assim, e nesta hora de profunda tristeza e de, já imensa, saudade a Câmara Municipal reunida em Sessão Ordinária, faz-se eco do sentimento comum dos Marinhenses e, bem assim, manifesta o seu profundo pesar pelo desaparecimento físico do Dr. Mário Morais Roldão, na certeza porém de que o que foi a sua Vida, o seu Testemunho, o seu Exemplo de ser Homem, de ser Cidadão, de ser Médico permanecerá para sempre na memória coletiva de todos e de cada um de nós, sobretudo nós Marinhenses!*

*A Câmara Municipal expressa, particularmente, às suas filhas, e toda a restante Família, a sua solidariedade e consternação que este Voto de Pesar, de uma forma simples mas sentida, materializa.*

**A Sra. Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Propôs ao restante executivo que apresentassem de imediato as propostas que tinham para fazer à revisão orçamental. Tendo ficado acordado entre todos que, após a discussão da ordem do dia da reunião ordinária, ficariam numa reunião de trabalho a discutir as sugestões à revisão orçamental.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Registou com agrado a resposta que o Sr. Presidente lhe enviou relativamente às questões que tem vindo a colocar. Ainda falta o ponto de situação detalhado relativo aos projetos necessários para as candidaturas, dado que só lhe remeteram uma mera listagem e ainda os resultados práticos do programa de eficiência municipal.
- ⇒ Mariparque – Este equipamento turístico está no Top 20 dos consumidores de água do município, mas estranhou ausências preocupantes de outros nomes neste ranking. Acha que a Câmara deve estar preocupada com isso e mandar os serviços fiscalizarem a razão pela qual não constam.
- ⇒ Livro da Coopovo – Disse ter sido informado da existência de um parecer jurídico que justificava, que como a Coopovo é uma entidade participada do Município, não poderia receber qualquer apoio por parte da Câmara para a edição de um livro sobre os seus 40 anos de história. Tal parecer, parece que não existe, então quer saber o que se passou com o pedido de apoio formulado pela Coopovo e porque não foi apoiada.
- ⇒ Mercado Municipal – Para quando se prevê fazer o debate sobre a construção do novo mercado?
- ⇒ Festas da Cidade - Foram feitos 2 ajustes diretos à empresa do André Sardet que ultrapassam o valor limitado por lei, porquê?
- ⇒ Praia da Vieira – Questionou sobre os graves acontecimentos que ocorrerem na noite da Praia da Vieira no passado fim-de-semana e sugeriu que se reúna com as forças de segurança pública de forma que esta tome medidas de prevenção para este tipo de problemas.
- ⇒ Cafeteria d'arte – solicitou que se analise a reclamação do arrendatário deste estabelecimento que se queixa que houve alterações muito significativas relativamente ao seu contrato. O cinema tem uma média de 6/pessoas por sessão, o que é muito inferior ao espetável. Sugeriu que a Câmara aposte mais na divulgação do cinema e que reveja a situação de proibição de comer pipocas na Casa da Cultura.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

⇒ Ao longo deste tempo que tem estado na política, questiona-se como pode ser útil? Tem vindo a moderar a sua atitude desde dezembro de 2015, porque a governação da Marinha Grande é muito frágil e precisa de ajuda. Não concorda com as metodologias da CMMG, mas predispôs-se a ajudar e a colaborar. Nessa altura dispôs-se a fazer uma análise diagnóstico da CMMG para depois apresentar uma proposta de governação, um modelo conceptual.

Foi assim que nasceu o PMA e o PEM e solicitou que a CMMG lhe disponibilizasse verbas para poder operacionalizar o seu trabalho. Para o PMA, pensou que precisava de 1 milhão de euros, mas afinal já existia muito software “encaixotado” na Câmara, o que reduzia a verba para metade. Há ainda decisões péssimas quanto à compra de hardware. Desperdiçam-se muitos milhares de euros.

Não basta haver planos, nem muita vontade de os fazer, é preciso montar equipas de trabalho, motivar as pessoas, dar formação, porque há muitos “analfabetos digitais” nos serviços. Há uma noção “falsa” de perseguição às pessoas e sem as pessoas não há mudanças.

Não chega fazer uma revisão orçamental para incorporar o saldo de gerência, é preciso muito mais do que isso.

Duas pessoas são manifestamente pouco para se alterarem as coisas na CMMG. A solução governativa tem que ser alargada e estará disponível desde que se operem as mudanças necessárias. Irá colocar à discussão o que considera as grandes questões para a Marinha Grande.

Sente que há vontade de mudar nos Vereadores, mas no grupo que controla a CMMG não sentiu vontade nenhuma. A revisão orçamental deveria ter sido iniciada a 1 de fevereiro, e desde aí, procurar os consensos necessários para ir a reunião de Câmara em maio.

Porque é que não se trabalhou na revisão desde a reunião de 15 de julho?

Têm que se rever todos os projetos de fio a pavio, tem que se mudar a metodologia de forma a não desperdiçar verbas, nem tempo.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

⇒ Solicitou uma vez mais as respostas aos requerimentos que pediu, alguns desde Janeiro, e, como já tinha também sido pedido, todas as respostas que forem dadas pelo Sr. Presidente devem ser enviadas para todos os vereadores.

- ⇒ Felicitou o Sporting Clube Marinhense, por a sua equipa de hóquei em patins se ter sagrado campeã nacional da 3ª divisão. Junta assim este título a outro igual que conquistou há precisamente 25 anos.
- ⇒ Felicitou os patinadores do Sporting Clube Marinhense, Luís Matias e Ana Beatriz Ventura, pelo desempenho no Campeonato nacional de patinagem livre. O Luís Matias foi 2º classificado em juniores, enquanto a Ana Beatriz Ventura foi a 3ª em cadetes.
- ⇒ Felicitou os atletas Mariana Bento e João Ferreira, do Clube de Atletismo da Marinha Grande (CAMG) por terem sido medalha de bronze no Campeonato Nacional de Juniores. Atingiram o terceiro lugar, a Mariana no lançamento do dardo e o João no lançamento do martelo e do peso.
- ⇒ Na passada reunião de Câmara, a empresa Pinus Pinaster, “Cafetaria d’arte” tinha uma carta com um relatório para cada um de nós. Gostaria de saber que decisão foi tomada pelo executivo permanente, ou, caso ainda não tenham tomado qualquer decisão, quando pensam decidir o que fazer.
- ⇒ Informou que também está disponível para trabalhar na revisão orçamental, depois da reunião de câmara, pois há obras fundamentais e prioritárias para a nossa comunidade, que devem ser analisadas. A base de trabalho deve assentar na definição de um plano estratégico até 2030. Solicitou informação respeitante às 14 modificações orçamentais já feitas e as notas explicativas que fundamentam os valores de cada uma dessas alterações.

**A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Associou-se às felicitações proferidas pelo Sr. Vereador Aurélio. O desporto na Marinha Grande precisa de ser apoiado e a CMMG deve contribuir e apoiar as diferentes modalidades desportivas.
- ⇒ Não aceita o rótulo de que “algumas coisas” na Marinha Grande não foram aprovadas por sua causa ou dos outros vereadores. É da responsabilidade do PS a resolução do relvado do ACM.
- ⇒ Disse que o PS deveria ter procurado os consensos necessários para poder ter a revisão aprovada por todos os vereadores eleitos.

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Associou-se às felicitações desportivas proferidas pelo Sr. Vereador Aurélio.
- ⇒ Aprovou várias obras necessárias à população da Marinha Grande. É a favor do diálogo e espera que na reunião de trabalho de hoje se consiga um acordo para fazer aprovar a revisão orçamental.
- ⇒ Elogiou a obra de arte da rotunda da Praia da Vieira e disse que se deve continuar a fazer investimentos na Praia da Vieira para atrair cada vez mais turistas, é

importante não ficar para trás, pois a CM Leiria, prepara-se para investir no Pedrogão, cerca de meio milhão de euros.

- ⇒ Sugeriu que a CMMG aposte na elaboração de um plano estratégico para o turismo e envolva os agentes económicos do Concelho com know-how nesta matéria.

**A Sra. Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Em relação ao cinema, já começaram a dar alguns passos no sentido de melhorar a divulgação do mesmo, o que pode já ser visto nos mupis da cidade. Quanto ao consumo de pipocas, vai analisar a questão.
- ⇒ Continua o trabalho de dinamização do Centro.
- ⇒ Quanto à revisão orçamental, esta já engloba algumas das propostas que foram feitas, e embora o Sr. Presidente tenha dado tempo aos Srs. Vereadores para apresentarem sugestões, é de salutar que todos tenham aceite que esta tarde se faça uma reunião no sentido de conseguirmos fazer um documento conjunto que venha a merecer posterior aprovação. A revisão aos documentos previsionais tem como propósito garantir a execução de um conjunto de projectos municipais, que são essenciais para o desenvolvimento económico, social e cultural da Marinha Grande. Para que não restem dúvidas, deu a conhecimento da lista de projetos com o respetivo cronograma temporal:

- 1) *Requalificação do Sistema de abastecimento de água em alta, através da contratação da simulação hidráulica e dos projectos de execução da adutora e reservatório dos Picotes: início do procedimento na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 2) *Requalificação da Rua das Andorinhas: lançamento do concurso para execução da obra na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 3) *Obras para instalação da creche social no antigo edifício da IVIMA: lançamento do concurso para execução das obras na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 4) *Requalificação da Rua da Sapinha, na Moita: lançamento do concurso para execução das obras na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 5) *Beneficiação da Rua da Vitória, na Ordem: lançamento do concurso para aquisição do projecto na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 6) *Execução da rede de saneamento nas Trutas, Picassinos, Pedrulheira e Amieira: lançamento de concursos para execução das obras na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 7) *Beneficiação da rede viária no lugar das Trutas: lançamento de concursos para execução das obras na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 8) *Requalificação do espaço público, designadamente no que respeita aos passeios: lançamento do concurso na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 9) *Aquisição de equipamento para as cantinas escolares: lançamento do concurso na semana seguinte à aprovação da revisão.*

- 10) *Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho: (obras urgentes em curso – pavimento) lançamento do procedimento em Agosto/Setembro de modo as obras serem executadas nas interrupções lectivas*
- 11) *Beneficiação do espaço de jogo e recreio do Parque da Cerca e criação de um espaço de promoção da segurança rodoviária no mesmo Parque: lançamento do concurso para execução das obras na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 12) *Instalação de equipamentos de jogo e recreio nos estabelecimentos de ensino básico de Casal de Malta e António Vitorino e no estabelecimento de ensino pré-escolar da Fonte Santa - Vieira*
- 13) *Requalificação da Escola da Várzea para adaptação como centro escolar: início do procedimento para contratação do projecto na semana seguinte à aprovação da revisão. (com o acréscimo de 6 salas de aula e as outras valências de equipamentos para centro escolar.*
- 14) *Aquisição de equipamento e de sinalética para a promoção do concelho: lançamento do concurso na 2.ª quinzena de agosto.*
- 15) *Aquisição de equipamento informático com vista à aceleração do processo de desmaterialização administrativa e a um funcionamento mais eficiente e eficaz dos serviços municipais: lançamento do concurso na 2.ª quinzena de agosto.*
- 16) *Beneficiação da Rua do Repouso até ao limite do concelho: lançamento do concurso para execução da obra na 1.ª quinzena de Setembro.*
- 17) *Construção do novo mercado municipal: após a discussão pública, lançamento do concurso para execução da obra no 4.º trimestre de 2016.*
- 18) *Apoio a alunos carenciados do ensino pré-escolar e do ensino básico: submissão a deliberação da Câmara em Setembro de 2016.*
- 19) *Cafés e psicomotricidade - início do concurso na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 20) *Semana da Juventude e Jornadas do Turismo.*
- 21) *Atribuição de subsídios a associações nas áreas de desporto, social e cultural, designadamente para remodelação de equipamentos e de infraestruturas, nas quais se incluem os relvados sintéticos: submissão a deliberação da Câmara na primeira reunião após a aprovação da revisão.*
- 22) *Aquisição de manuais escolares para oferta aos alunos do ensino básico público: início do concurso na semana seguinte à aprovação da revisão.*
- 23) *Espectáculos culturais na Casa da Cultura – Teatro Stephens: início dos procedimentos na 2.ª quinzena de agosto.*
- 24) *Execução do PEDU, designadamente a requalificação de edifícios de habitação social, ligações da ciclovia do Parque Mártires do Colonialismo e Parque da Cerca, construção de interface de transportes, reabilitação integral do edifício do Jardim Luís de Camões, reforço da rede de ciclovias: início dos procedimentos para a aquisição dos projectos de execução na 1.ª quinzena de agosto.*
- 25) *Formação profissional dos recursos humanos municipais, para melhoria da eficácia e eficiência do respectivo desempenho: início do procedimento para a contratação dos serviços na 2.ª quinzena de agosto.*

**O Sr. Vereador Carlos Logrado, voltou a intervir em defesa da honra e disse o seguinte:**

- ⇒ Durante o período em que estive na Câmara a colaborar, só houve uma reunião de discussão sobre o futuro, e foi implorada por si. Repetidas vezes disse ser imperativo reunir e definir estratégias. Nunca se fez nenhuma reunião internamente consigo sobre a revisão orçamental, apenas lhe foi enviado um email para pedir a sua opinião sobre o assunto.

**O Sr. Presidente Paulo Vicente cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Pinus Pinaster – a Câmara já solicitou a análise do contrato e de toda a documentação entregue, no sentido de verificar se os pressupostos não se cumpriram, e se é passível a redução de renda requerida.
- ⇒ Enviou por email a versão provisória da proposta de revisão orçamental, para todos, no passado dia 6 de junho e solicitei propostas. Teria discutido as mesmas com quem as tivesse enviado, mas tal não se verificou, porque não me foram enviadas.
- ⇒ Aceita a sugestão para trabalhar os documentos da revisão, numa reunião de tarde, após a discussão da ordem do dia.

~~~~~

Terminado o período de antes da ordem do dia, entrou-se na discussão dos assuntos respeitantes à ordem do dia.

~~~~~

**2 - REQ. N. 964/15, DATADO DE 08/06/2016 – PC N.º 224/16, DATADO DE 08/06/2016 – JUNTA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE**

426 - Presente pedido com o registo n.º 964/16, datado de 08/06/2016, apresentado pela **JUNTA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE**, com o NIPC 506 849 023, com sede na Rua 25 de Abril, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande a solicitar a **emissão de parecer** relativo a obras de alteração e ampliação a levar a efeito no seu edifício, sito na Rua 25 de Abril, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.185 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.906 da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 224/16, com data de entrada de 08/06/2016;



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

Presente informação técnica, datada de 04/07/2016 que atesta encontrar-se o processo devidamente elaborado e instruído, cumprindo as normas legais e regulamentares aplicáveis;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**EMITIR parecer favorável, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, ao pedido apresentado pela JUNTA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 506 849 023, com sede na Rua 25 de Abril, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande relativo a obras de alteração e ampliação a levar a efeito no seu edifício, sito na Rua 25 de Abril, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.185 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.906 da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 224/16, com data de entrada de 08/06/2016.**

**Mais delibera informar que deverá proceder à publicitação, nos termos deste diploma legal, do início e do fim da presente operação urbanística, nos termos do n.º 7 do artigo 7º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N.º 736/16, DATADO DE 09/05/2016 – PC N.º 168/16, DATADO DE 09/05/2016**  
**– JOSÉ ALBERTO BAROSEIRO SOARES**

427 - Presente requerimento n.º 736/16, datado de 2016/05/09, constante do processo camarário n.º 168/16, subscrito por **JOSÉ ALBERTO BAROSEIRO SOARES**, com o NIF 217373305, residente na Travessa do Lameiro, n.º 16, 1.º direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia existente e construção de muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Popular, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20165 e inscrito na matriz sob o artigo número 9160.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/05/25, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Presente parecer técnico datado de 2016/06/07, relativo às condições a observar nos alinhamentos do passeio e muro de vedação a construir.

**Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, O PROJETO DE ARQUITETURA, respeitante ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia existente e construção de muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Popular, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20165 e inscrito na matriz sob o artigo número 9160, com o número de processo 168/16, com data de entrada em 2016/05/09, apresentado por JOSÉ ALBERTO BAROSEIRO SOARES, com o NIF 217373305, residente na Travessa do Lameiro, n.º 16, 1.º direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua Popular, sendo os materiais a aplicar no passeio, idênticos aos existentes na envolvente, ou seja, calçada em pedra calcária com as dimensões 0,05x0,05x0,05, após execução de uma base em “toutvenant” com 0,15m de espessura, devendo considerar-se a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento das ervas. O lancil deverá ser em pedra de calcário com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,22m (altura).
4. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 45,00m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Popular, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *“PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - FINAL” - “Folha: 2.2”*, datada de novembro de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 736/16, datado de 2016/05/09, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1003/16, DATADO DE 16/06/2016 – PC N.º 234/16, DATADO DE 16/06/2016 – NAU FRAGIL-BAR, LDA

428 - Presente pedido com o registo n.º 1003/16, datado de 16/06/2016 solicitando a aprovação do projeto de arquitetura relativo a legalização de um edifício designado como Apoio de Praia Completo, destinado a restauração e bebidas, em área pertencente ao domínio público hídrico do Estado, a que se reporta o lugar de referência n.º 1.30.4.1, sito na Praia da Vieira, respeitante ao processo de legalização n.º 234/16, com data de entrada de 16/06/2016, apresentado por **NAU FRAGIL-BAR, LDA**, com o NIPC 504 839 616, com sede na avenida Marginal, s/n, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;

Presente contrato de concessão de utilização de domínio público hídrico para implantação e exploração de apoio de praia completo, com o n.º COS –2012-0026, estabelecido entre a empresa requerente e a Agência Portuguesa do Ambiente, válido até 31 de dezembro de 2018;

Presente informação técnica, datada de 15/07/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido, devendo ser apresentados, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de um edifício designado como Apoio de Praia Completo, destinado a restauração e bebidas, em área pertencente ao domínio público hídrico do Estado, a que se reporta o lugar de referência n.º 1.30.4.1, sito na Praia da Vieira, respeitante ao processo de legalização n.º 234/16, com data de entrada de 16/06/2016, apresentado por **NAU FRAGIL - BAR, LDA**, com o NIPC 504 839 616, com sede na Avenida Marginal, s/n, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com o condicionalismo de apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, devidamente elaborados e instruídos em condições de serem aceites.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 634/16, DATADO DE 20/04/2016 – PC N.º 77/16, DATADO DE 09/03/2016 – CARLOS MANUEL VARGES PINTO e MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES**

429 - Presente requerimento n.º 634/16, datado de 2016/04/20, constante do processo camarário n.º 77/16, subscrito por **CARLOS MANUEL VARGES PINTO**, com o NIF 216914531 e por **MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES**, com o NIF 216914523, ambos residentes na Rua da Paz a Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de

licenciamento da obra de “Ampliação de habitação unifamiliar” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.307, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 5.867, da referida freguesia da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de câmara datada de 2016/04/14.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/06/09, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Ampliação de habitação unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.307, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 5.867, da referida freguesia da Marinha Grande, com o número de processo 77/16, com data de entrada em 2016/03/09, apresentado por CARLOS MANUEL VARGES PINTO, com o NIF 216914531 e por MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES, com o NIF 216914523, ambos residentes na Rua da Paz a Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**

**Mais delibera informar os requerentes que:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3- Deverão assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 876/16, DATADO DE 27/05/2016 – PC N.º 166/12, DATADO DE 14/06/2012  
– por ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA e MARIA ISABEL DOS SANTOS  
BRANCO ÓRFÃO**

430 - Presente processo n.º 166/12, registado em 2012/06/14, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração a realizar na moradia e muro de vedação, licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação da moradia e a legalização da construção de anexos e de muros, apresentado por ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA, com o NIF 111607264, residente na Rua dos Cravos, n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande por MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO, com o NIF 115252842, residentes na Rua António Maria da Silva, n.º 39-A, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/10/15.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/06/29, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do processo n.º 166/12, registado em 2012/06/14, bem como do parecer técnico datado de 2016/06/29, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de alteração a realizar na moradia e muro de vedação, licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação da moradia e a legalização da construção de anexos e de muros, apresentado por ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA, com o NIF 111607264, residente na Rua dos Cravos, n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande por MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO, com o NIF 115252842, residentes na Rua António Maria da Silva, n.º 39-A, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/10/15,

ACEITAR A CEDÊNCIA para domínio público de uma parcela de terreno com a área de 82,91 m2 para alargamento do arruamento. Após a cedência, o prédio objeto do pedido, com a área inicial de 903,31 m2, ficará com a área de 820,40 m2.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

**Mais delibera:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3- O muro a construir deve observar o alinhamento definido pelos serviços técnicos camarários.**

**4- Aquando do início das alterações a realizar deverão as requerentes solicitar a deslocação dos serviços camarários à obra, para verificação do alinhamento do muro.**

**5- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**6- Deverão assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.**

**7- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**8- O pedido de concessão de autorização de utilização deverá se fazer acompanhar da certidão de registo atualizada face à cedência para o domínio público de parcela de terreno, conforme projeto licenciado.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N. 1092/16, DATADO DE 30/06/2016 – PC N.º 377/15, DATADO DE 14/10/2015 – EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA.**

431 - Presente pedido com o registo n.º 1092/16, datado de 30/06/2016, relativo a licenciamento de **obras de ampliação de uma estrutura residencial para pessoas idosas**, sita na Rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.102 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.981-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de

licenciamento n.º 377/15, com data de entrada de 14/10/2015, apresentado por **EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA**, com o NIPC 507 431 197, com sede na Rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 10/12/2016;

Presente informação técnica, datada de 8/07/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 11/07/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de ampliação de uma estrutura residencial para pessoas idosas, sita na Rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.102 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.981-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 377/15, com data de entrada de 14/10/2015, apresentado por **EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA**, com o NIPC 507 431 197, com sede na Rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 -** Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

**2 -** Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

**3 –** Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

**8 - REQ. N. 1008/16, DATADO DE 17/06/2016 – PC N.º 52/16, DATADO DE 10/02/2016 – CARLA SOFIA AMORIM ROSA**

432 - Presente processo n.º 52/16, registado em 2016/02/10, referente ao pedido de **licenciamento de obra de demolição** de uma moradia e anexo referentes aos processos camarários n.º 76/1946 e n.º 1844/1962, sitos na Rua Catarina Eufémia, n.º 50, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.020 e inscritos na matriz urbana sob o artigo n.º 3.035, bem como o **licenciamento de obra de construção de moradia e muro**, a serem erigidos no referido prédio, apresentado por **CARLA SOFIA AMORIM ROSA**, com o NIF 200811088, residente na Rua Catarina Eufémia, n.º 52, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/04/22.

Do prédio objeto do pedido com 1.330,00m<sup>2</sup>, serão cedidos ao domínio público 49,60 m<sup>2</sup> para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1280,40m<sup>2</sup>.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/07/08, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

**Após análise da pretensão, bem como do parecer técnico datado de 2016/07/08, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de demolição de uma moradia e anexo referentes aos processos camarários n.º 76/1946 e n.º 1844/1962, sitos na Rua Catarina Eufémia, n.º 50, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17020 e inscritos na matriz urbana sob o artigo n.º 3.035, bem como o licenciamento de obra de construção de moradia e muro, a serem erigidos no referido prédio, apresentado por CARLA SOFIA AMORIM ROSA, com o NIF 200811088, residente na Rua Catarina Eufémia, n.º 52, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º n.º 52/16, registado em 2016/02/10, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/04/22.**



**ACEITAR A CEDÊNCIA** para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 49,60 m<sup>2</sup> para passeio. Após a cedência o prédio com a área inicial de 1.330,00m<sup>2</sup>, ficará com a área de 1.280,40m<sup>2</sup>.

**Mais delibera:**

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

5- Deverá assegurar passeio com lancel de calcário, pavimentado em calçada miúda de calcário com as dimensões de 0,05mx0,05mx0,05m, após execução de uma camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancel deverá ser de calcário com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,22m (altura) x 0,13m (largura de face).

6- Os muros de vedação a construir junto da via pública, deverão observar o disposto no artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

7- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

8- Aquando do início da execução do passeio e do muro, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art.º 18.º e no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

9- A concessão da autorização de utilização fica condicionada à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 49,60 m2 do prédio objeto do pedido.

10- Deverá solicitar aos serviços camarários de Águas e Saneamento a ligação da rede de água e rede de água residual doméstica, às redes públicas de abastecimento de águas e residuais domésticas existentes na rua.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 512/16, DATADO DE 05/04/2016 – PC N.º 111/16, DATADO DE 05/04/2016 – SIRE - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA**

433 - Presente pedido com o registo n.º 512/16, datado de 05/04/2016 relativo a licenciamento de ampliação a unidade industrial do tipo 3, situada na Rua das Pexinas n.º 16, Camarnal, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 474 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.381, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 111/16, com data de entrada de 05/04/2016, apresentado por **SIRE - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA**, com o NIPC 503 271 349, com sede na Rua da Pexinas, n.º 16, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 18/07/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura devidamente elaborado e em condições de ser aprovado e os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o projeto em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de ampliação a unidade industrial do tipo 3, situada na Rua das Pexinas n.º 16, Camarnal, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 474 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.381, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 111/16, com data de entrada de 05/04/2016, apresentado por **SIRE - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE REFRIGERAÇÃO LDA**, com o NIPC 503 271 349, com sede na Rua da Pexinas, n.º 16, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 1002/16, DE 16/06/2016 E REQ. N.º 1167/16, DATADO DE 11/07/2016 – PC N.º 233/16, DATADO DE 16/06/2016 – BLEACH DESIGN UNIPessoal LDA**

434 - Presente pedido com o registo n.º 1002/16, datado de 16/06/2016 solicitando a aprovação do projeto de arquitetura relativo a **licenciamento de alterações num edifício existente**, para instalação de uma unidade industrial do tipo 3, localizado no Largo da Alegria, n.º 3 e Travessa do Cotovelo, n.º 1, na Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.104-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 233/16, com data de entrada de 16/06/2016., apresentado por **BLEACH DESIGN UNIPessoal LDA**, com o NIPC 506899080 com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente pedido com o registo n.º 1167/16, datado de 11/07/2016, solicitando a aceitação dos projetos das especialidades e a aprovação do processo de licenciamento de alterações n.º 233/16;

Presente informação técnica, datada de 15/07/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido;

Presente informação técnica, datada de 15/07/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites e o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de alterações num edifício existente, para instalação de uma unidade industrial do tipo 3, localizado no Largo da Alegria, n.º 3 e Travessa do Cotovelo, n.º 1, na Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 233/16, com data de entrada de 16/06/2016., apresentado por BLEACH DESIGN UNIPessoal LDA, com o NIPC 506899080 com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**4.- Sendo a atividade industrial pretendida do tipo 3, encontra-se a mesma sujeita ao procedimento de mera comunicação prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 33º do SIR, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, sendo a entidade coordenadora do respetivo licenciamento industrial a Câmara Municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N. 653/16, DATADO DE 22/04/2016 – PC N.º 17/97, DATADO DE 07/01/1997 – TAUTI-TECNICA INDUSTRIAL DE MOLDES,LDA.**

435 - Presente pedido com o registo n.º 653/16, datado de 22/04/2016 relativo à emissão de autorização de utilização de um edifício destinado a apoio fabril, localizado na Rua das

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

Cavadinhas, Lameira de Picassinós, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.802 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.085-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 17/97, com data de entrada de 07/01/1997, apresentado por **TAUTI-TECNICA INDUSTRIAL DE MOLDES,LDA.**, com o NIPC 502 341 700, com sede na Rua das Cavadinhas, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de alterações foi aprovado em reunião de câmara de 14/08/2013;

Presente auto de vistoria efetuada a 18/05/2016 que reporta não se encontrar o edifício executado em conformidade com o processo de licenciamento aprovado, nomeadamente por se verificar a existência de diferenças ao nível da implantação, da área de construção, da configuração das paredes exteriores e da cobertura, assim como dos vãos de iluminação e ventilação exteriores;

Presente informação técnica, datada de 29/06/2016, que atesta serem as alterações detetadas passíveis de ser legalizadas;

**Após a análise do processo, a Câmara Municipal delibera:**

**NOTIFICAR, nos termos do n.º 1 do artigo 102-A.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a empresa titular do imóvel, TAUTI-TECNICA INDUSTRIAL DE MOLDES,LDA., com o NIPC 502 341 700, com sede na Rua das Cavadinhas, freguesia e concelho da Marinha Grande que deverá, no prazo de 30 dias a contar da data da respetiva notificação, apresentar o respetivo processo de legalização das alterações detetadas em sede de vistoria realizada a 18/05/2016;**

**Delibera, igualmente, remeter à empresa titular do imóvel em causa cópia do auto de vistoria realizada a 18/05/2016, onde se descrevam as diferenças detetadas entre o edifício existente e o respetivo processo de licenciamento, com o n.º 17/97.**

**Mais delibera informar que o processo de legalização a apresentar deverá ser elaborado e instruído de acordo com o disposto no referido artigo 102-A.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 1201/16, DATADO DE 14/07/2016 – PC N.º 286/16, DATADO DE 14/07/2016 – BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA.**

436 - Presente pedido de **avaliação do estado inicial de conservação de edifício** sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA.**, com o NIPC

506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito no Largo da Alegria, n.º 3 e Travessa do Cotovelo, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.936 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.104-P.

Presente parecer técnico datado de 18/07/2016, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).
- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.
- De acordo com o disposto nos números 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação beneficiam das seguintes isenções:
  - a) Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.
  - b) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;
- De acordo com o estipulado no n.º 24 do mencionado artigo 71.º *“A comprovação do início e da conclusão das ações de reabilitação é da competência da câmara municipal”*, que deve *“certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na acção de reabilitação”*.
- Segundo o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012.
- A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

**A Câmara Municipal delibera:**

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao edifício sito no Largo da Alegria, n.º 3 e Travessa do Cotovelo, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.936 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.104-P, propriedade de BLEACH DESIGN UNIPessoal, LDA., com o NIPC 506899080, com sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 10/08/2016, pelas 10:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

Arquiteta Margarida Abraúl  
Arquiteto Alexandre Fava  
Engenheiro Rui Vicente

**Membros suplentes:**

Arquiteto Miguel Figueiredo  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheira Cristina Silva

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1189/16, DATADO DE 13/07/2016 – PC N.º 281/16, DATADO DE 13/07/2016  
– REINADOS E PREDICADOS LDA.

437 - Presente pedido de **avaliação do estado inicial de conservação de edifício** sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **REINADOS E PREDICADOS LDA.**, com o NIPC 513861769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na **Rua Machado Santos, n.º 2, n.º 4 e n.º 6 e na Praça Guilherme Stephens**, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.175 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.042.

Presente parecer técnico datado de 18/07/2016, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto nos números 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação beneficiam das seguintes isenções:

a) Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.

b) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) nas aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;

- De acordo com o estipulado no n.º 24 do mencionado artigo 71.º *“A comprovação do início e da conclusão das ações de reabilitação é da competência da câmara municipal”*, que deve *“certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação”*.

- Segundo o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012.

- A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

#### **A Câmara Municipal delibera:**

**Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao edifício sito na Rua Machado**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

Santos, n.º 2, n.º 4 e n.º 6 e na Praça Guilherme Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.175 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.042, propriedade REINADOS E PREDICADOS LDA., com o NIPC 513861769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 10/08/2016, pelas 11:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

**Arquiteta Margarida Abraúl**

**Arquiteto Alexandre Fava**

**Engenheiro Rui Vicente**

**Membros suplentes:**

**Arquiteto Miguel Figueiredo**

**Arquiteto Ricardo Santos**

**Engenheira Cristina Silva**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N. 1184/16, DATADO DE 14/07/2016 – PC N.º 278/16, DATADO DE 14/07/2016 – GUILHERME FERREIRA DA COSTA CERVA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

438 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1017/16, datado de 21/06/2016, apresentado por Carminda dos Santos Pereira Costa Cerva, com morada no largo da república, n.º 56, 1.º, Vieira de Leiria, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de **GUILHERME FERREIRA DA COSTA CERVA**, com o NIPC 741516420, a solicitar a autorização de utilização para as frações “C”, “F” e “H” do edifício sito no Largo da República, n.º 60, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo 230/1976, titulada pelo alvará de construção n.º 336, emitido em 20/09/1976 e objeto de alterações licenciadas no âmbito do processo n.º 320/2002, titulada pelo alvará de construção n.º 676/03, emitido em 03/11/2003.

Presente parecer técnico datado de 18/07/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria as frações “C”, “F” e “H” do edifício sito no Largo da República, nº 60, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança aberta por óbito de GUILHERME FERREIRA DA COSTA CERVA, com o NIPC 741516420, representada por Carminda dos Santos Pereira Costa Cerva, com morada no largo da república, nº 56, 1.º, Vieira de Leiria, na qualidade de cabeça de casal, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Carlos Duarte**

2) **Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 231/16, DATADO DE 19/02/2016 – PC N.º 60/2016, DATADO DE 29/02/2016**  
**– RUI FERNANDO REMÍGIO COELHO**

439 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 231/16, datado de 19-02-2016, apresentado por **RUI FERNANDO REMÍGIO COELHO**, residente na Travessa Central, n.º 93, freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, concelho de Leiria, na qualidade de solicitador da herança ilíquida e indivisa, aberta por óbito de Manuel Duarte Alves, em que desempenha o cargo de cabeça-de-casal o cônjuge sobrevivente Emília Martinha Gomes, em que é solicitado parecer, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, favorável à **ampliação do número de compartes** do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.548 e inscrito na matriz sob o n.º 5.300, com a área total de 0,440 ha.

Presente parecer técnico datado de 13-07-2016, bem como informação dos serviços de fiscalização datada de 16-05-2016, ambos sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o pedido com registo de entrada n.º 231/16, datado de 19-02-2016, apresentado por RUI FERNANDO REMÍGIO COELHO, residente na Travessa Central, n.º 93, freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, concelho de Leiria, na qualidade de solicitador da herança ilíquida e indivisa, aberta por óbito de Manuel Duarte Alves, a solicitar parecer favorável à ampliação do número de compartes - em consequência da celebração de escritura pública de partilha - do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.548 e inscrito na matriz sob o n.º 5.300, com a área total de 0,440 ha, sito no lugar de Tojeira, Fontainhas, freguesia e concelho da Marinha Grande, na proporção de 1/5 para Maria da Conceição Gomes Alves e 1/5 para Regina Paula Gomes Alves, ambas herdeiras do autor da herança, bem como o parecer técnico, datado de 13-07-2016, e informação dos serviços de fiscalização de 16-05-2016, ambos sobre o assunto e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do referido parecer técnico, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, cujo teor passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexa, delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à ampliação do número de compartes do mencionado prédio por não se vislumbrar, na realização do referido negócio jurídico, qualquer fuga ao regime jurídico dos loteamentos urbanos, consagrado no Decreto-Lei n.º 555/91 de 15 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

O presente parecer não pode ser invocado para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico, que não o da referida partilha.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **16 - E/5359/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA**

440 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/5359/2016, datado de 21/06/2016, apresentado por EDP - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, para abertura de vala numa extensão de 25,00 metros de pavimento para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo em Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 29/06/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º

136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 25,00 metros de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029, a levar a cabo em Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições.
- b) Deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - E/5560/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA**

441 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/5560/2016, datado de 28/06/2016, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., para abertura de vala numa extensão de 9,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes a uma baixa de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em Estrada do Pero Neto, n.º 74, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 01/07/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 9,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., a levar a cabo em Estrada

do Pero Neto, n.º 74, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **18 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA RUA NOVA DO MOINHO DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES**

442 - Presente Informação n.º RV-29/2016, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 12 de Julho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação da Projeto de "Execução da Rua Nova do Moinho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes", apresentado pela empresa Aquavia – Gabinete de Estudos e Projetos de Obras, Lda.

O presente projeto de execução da Rua Nova do Moinho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes, tem como objetivo, promover a segurança viária e pedonal e adaptar este arruamento para o acesso de deficientes e pessoas com mobilidade reduzida (DL 163/2006 de 8 de Agosto), bem como dotar os arruamentos confinantes de infraestruturas de drenagem de águas residuais pluviais e domésticas.

O presente projeto de execução cumpre o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados e delibera aprovar o Projeto de Execução da Rua Nova do Moinho de Cima e Infraestruturas de Saneamento dos Arruamentos Adjacentes.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **19 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**

443 - Presente o requerimento:

-registo de entrada E/5386/2016 em nome de Pedro Fernando Monteiro da Costa, em que solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 884 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presente a informação nº 5/LS de 24 de junho de 2016, onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Pedro Fernando Monteiro da Costa, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 884 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.**

**Mais delibera anular a guia de receita nº 12677/2/2016 de 02 de junho de 2016, no valor de 1.000,00€, em nome de Pedro Fernando Monteiro da Costa, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 884 do Cemitério de Casal Galego, para que seja emitida a guia de receita referentes às prestações.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **20 - CEMITÉRIO MUNICIPAL – ABANDONO DE SEPULTURAS**

444 - Considerando que o artigo 33.º, n.º 1, alínea kk), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribui às câmaras municipais competência para declarar prescritos a favor do município, nos termos da lei e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios sob administração do município, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura.

Considerando que o artigo 43.º, n.º 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais, aprovado pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2003 e publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 40, de 17 de fevereiro de 2004, estabelece que consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor do município, os jazigos e sepulturas cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a 10 anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do

prazo de sessenta dias depois de citados por editais e publicados em dois dos jornais regionais editados na área do município.

Considerando que em 22 de dezembro de 2014, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1 da alínea kk) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 2.º, alínea m), do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, com as alterações vigentes, na qualidade de entidade responsável pela Administração dos cemitérios municipais, deliberou, nos termos do artigo 43.º, n.º 1, do Regulamento dos Cemitérios Municipais, afixar editais nos lugares habituais e publicar avisos em dois jornais regionais editados na área do Município, para que os concessionários e demais interessados, no prazo de sessenta dias, reivindicassem os seus direitos sobre as sepulturas perpétuas identificadas no Anexo I (**Anexo 3 da presente ata**), que se dá por reproduzido e faz parte integrante da presente deliberação, sob pena de serem declaradas prescritas a favor do Município da Marinha Grande.

Considerando que, através do Edital n.º 9/DAM/2015, de 10 de abril de 2015, foram citados todos os interessados que dispunham de sessenta dias a contar da data da publicação do edital para reivindicarem os seus direitos sobre as sepulturas perpétuas.

Considerando que o Edital foi publicitado no Jornal da Marinha Grande e na Região de Leiria, no dia 23 de abril de 2015 e que, no mesmo dia, foram colocadas placas com a menção de “abandonada” em todas as sepulturas identificadas, que permanecem junto às respetivas sepulturas até à presente data.

Considerando que no seguimento da publicitação do edital, foram reivindicados os direitos sobre as sepulturas perpétuas indicadas no Anexo II (**Anexo 4 da presente ata**), que se dá por reproduzido e faz parte integrante da presente deliberação.

Considerando que, em conformidade com o estabelecido no artigo 44º do Regulamento dos Cemitérios Municipais, relativamente às sepulturas cujos concessionários ou seus representantes não fizeram cessar a situação de abandono, pode a Câmara Municipal deliberar sobre a sua prescrição, declarando-se caduca a concessão, à qual será dada a publicidade referida no n.º 2 do citado artigo.

**A Câmara deliberou, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1 da alínea kk) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, artigo 2.º, alínea m), do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, com as alterações vigentes, e artigo 44.º, n.º 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais, declarar a prescrição das sepulturas identificadas no Anexo III (**Anexo 5 da presente ata**), que se dá por reproduzido e faz parte integrante da presente deliberação, e a caducidade do direito à concessão, nos termos do disposto no artigo 44º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e, consequentemente, a sua perda a**

**favor do município, devendo dar-se publicidade da mesma nos termos do artigo 47º do mesmo Regulamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **21 - ISENÇÃO PARA O PAGAMENTO DE TAXAS**

**445 - O Teatresco – Grupo de Teatro**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença de Ocupação de espaço público, para a realização do XIV Festiv'Álvaro de Teatro Infantil nos dias 7, 21 e 28 de agosto de 2016.

**A Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vieira de Leiria – Igreja da Passagem**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído entre os dias 13 a 15 de agosto de 2016 para a realização das Festas em Honra da nossa Sr.ª da Ajuda;

- Licenças de instalação e funcionamento de Recintos improvisados;

- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;

- Licença de publicidade;

- Fogo de Artifício.

**A Biblioteca de Instrução Popular – Rancho Folclórico “Peixeiras da Vieira”**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas no dia 06 de agosto de 2016 para a realização do XXXII Festival de Folclore.

**A Junta de Freguesia de Vieira de Leiria**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para as quartas e sextas feiras dos meses de julho e agosto para a realização de Espetáculo Medieval/Circense apresentado pela Companhia Cardinali Circus;

- Licença de ocupação de espaço público.



O Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído no dia 5 de agosto de 2016 para a realização das Marchas Populares;
- Licença de ocupação de espaço público.

Presentes informações nºs 54/LS e 55/LS de 12 de julho de 2016 e as informações nºs 56/LS, 57/LS e 58/LS de 13 de julho de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Teatresco – Grupo de Teatro, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Igreja da Passagem, a Biblioteca Instrução Popular – Rancho Folclórico “Peixeiras da Vieira”, a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria e o Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de instalação, funcionamento de recintos improvisados, ocupação de espaço público, fogo de artifício e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **22 - RECEÇÃO DEFINITIVA**

446 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da Rua Sociedade Beneficência e Recreio 1º de Janeiro – Ordem – Concurso público n.º 10/2007”, adjudicada por deliberação de Câmara, de dezasseis de novembro de dois mil e sete, à empresa Construções António Leal, SA.

**A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE MARIA DE LURDES ANJOS MATOS, INQUILINA RESIDENTE NA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 2.º ESQUERDO DO BLOCO M, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO**

447 - Presente informação n.º 931 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 6 de julho de 2016, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do ano transato;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$  em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.”

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*

*b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando que dada a redução do valor da renda, não se aplica a atualização faseada da mesma;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “*a renda atualizada ou revista nos termos dos números anteriores é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pelo Serviço de Ação Social da Marinha Grande do Instituto da Segurança Social,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à revisão da renda de Maria de Lurdes Anjos Matos, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:**

**Avenida da Liberdade:**

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	ANO DE CONTRATO	RENDA/16 (SET.º)
Maria de Lurdes A.Matos	M	2.º Esq.º	3/09/2007	19,28€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de setembro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARIA DE LURDES ANJOS MATOS PARA A FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º FRENTE DIREITO DO BLOCO M, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

448 - Presente informação n.º 1009 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 18 de julho de 2016, referente ao pedido de transferência habitacional efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que em 28 de outubro de 2011, através de ofício com o registo de entrada 9520/2011, a referida inquilina solicitou, pela primeira vez, a transferência habitacional;

Considerando que à data não foi possível atender o pedido, uma vez que não existiam habitações disponíveis de tipologia adequada à dimensão do seu agregado familiar;

Considerando que a 29 de junho do corrente ano, através de ofício com o registo de entrada 5636/2016, reitera o pedido de transferência habitacional;

Considerando que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande: “ *A transferência de fogos de habitação social, far-se-á, de entre outros, por motivo de idade, doença, aumento e/ou redução do agregado familiar.*”

Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo do referido documento:” *a possibilidade de transferência está condicionada não só à existência de fogos disponíveis para atribuir, mas também de outras pessoas mais carenciadas e, ainda à inexistência de renda em atraso.*”

Considerando que, a inquilina preenche os requisitos exigidos, em caso de transferência habitacional;

Considerando que, em finais de maio do corrente ano, ficou disponível uma habitação neste mesmo bloco, de tipologia adequada à dimensão deste agregado familiar, mais concretamente a fração correspondente ao 1.º frente direito do Bloco M da Avenida da Liberdade, Casal de Malta;

Considerando que a referida fração reúne todas as condições necessárias, estando pronta a habitar;

Considerando, por fim, o despacho favorável da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, datado de 14 de julho do corrente ano ao pedido de transferência da arrendatária em causa.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e em conjugação com o artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, autorizar a transferência da inquilina Maria de Lurdes Anjos Matos, contribuinte fiscal n.º 140492275, atualmente residente no 2.º esquerdo do Bloco M da Avenida da Liberdade, Casal de Malta para a fração correspondente ao 1.º frente direito do mesmo bloco.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **25 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS**

449 - Presente a informação interna 1/971/2016 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço para novos artigos de artesanato em vidro, para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;
- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;
- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Carrinho em vidro (Bubble)	15,00 €	17,07 €	3,93 €	21,00 €
Peixe pequeno em vidro (Bubble)	5,00 €	6,02 €	1,38 €	7,40 €
Peixe médio em vidro (Bubble)	7,50 €	8,94 €	2,06 €	11,00 €
Magnéticos (Bubble)	5,00 €	6,50 €	1,50 €	8,00 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **26 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2016 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

450 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo que a Inf. 30/2016 de 23 de março que apresenta proposta de programação para os meses que constituem o 2.º semestre de 2016 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho da Sr.ª Vereadora da Cultura, Dr.ª Cidália Ferreira datado de 14 de abril, com as alterações apresentadas no âmbito da I/90/2016;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de setembro e outubro de 2016 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

SETEMBRO				
17 – 21h30	MÚSICA (adjudicação em curso)	NICE WEATHER FOR DUCKS	1.000,00€	5€
24 – 21h30	TEATRO (adjudicação em curso)	LULLABY – RUI PAIXÃO	*	3€
27 -21h30	MÚSICA (adjudicado)	MICO DA CÂMARA PEREIRA	1.900,00€	8€
OUTUBRO				
1 – 21h30	TEATRO DE REVISTA	BAGUNÇADA À PORTUGUESA	3.500,00€	Gratuito destinado a M/65anos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

5 – 16h00	MARIONETAS (adjudicação em curso)	RES PUBLICA – SA MARIONETAS	900,00€	Gratuito
15 – 21h30	TEATRO (adjudicação em curso)	INTIMIDADES - COMPANHIA DA ESQUINA	*	8€
23 -16h30	CONTOS / TEATRO INFANTIL (idem)	O TROUXA - O NARIZ	*	Gratuito
25 – 21h30	MÚSICA (adjudicação em curso)	DEOLINDA	8.125,00€	15€
28 - 21h	MÚSICA (adjudicação em curso)	ANDRÉ BARROS	2.000,00€	8€

\*Os 4 espetáculos têm o valor de adjudicação global de 2.816,00€.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de setembro e outubro de 2016 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **27 - APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2016, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

451 - Presente informação n.º 1/968/2016 datada de 13 de julho de 2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 20 (vinte) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 2.º trimestre de 2016, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014, adiante designado por regulamento;

3. Considerando que dos 20 (vinte) processos que deram entrada no 2º trimestre de 2016, ao abrigo da alínea a) ou b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, 19 (dezanove) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do artigo 3.º do regulamento, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado;

Propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios aos requerentes abaixo identificados:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2016	Pagamento de 2ª tranche em 2016
E/3189/2016	José Manuel Rodrigues Cardoso	205348491	Maria Fernanda dos Santos Carrasqueira	221668152	125€	125€
E/3443/2016	Hugo Filipe Pereira	238164535	Soraia Nascimento Ramalho	253607418	500€	500€
E/3449/2016	Liliana Marisa Martins	212926160	Virgolino Feteira Ribeiro Machado	176820116	500€	500€
E/3636/2016	Catarina Isabel Augusto Coelho	226711501	João António da Fonte Marques	215929322	500€	500€
E/3727/2016	Patrícia Raquel da Fonseca Crispiniano Mendes	226050009	Nuno Miguel Afonso Mendes	220508917	125€	125€
E/3877/2016	Telma Carina Lemos Gaspar	223902799	Marco Miguel Teixeira Domingues	226575217	125€	125€
E/4001/2016	Valéria Mironova	270421386	Yevgeniy Sytnitskiy	237201119	500€	500€
E/4083/2016	Maria Lina Dos Santos Engenheiro	212835645	Rodrigo José Alves dos Santos	226758028	500€	500€
E/4193/2016	Marta Isabel Silva Gomes	248070045	Ricardo Miguel Pina Sousa	244772029	125€	125€
E/4454/2016	Inês Catarina Marques Cruz	249048477	Pedro Filipe Rosa Neves	250224445	125€	125€
E/4840/2016	Hélder Manuel da Silva Rodrigues	207703060	Cristiana Marisa Lopes Martinho	221224335	125€	125€
E/5102/2016	Tânia Patrícia Simões Neto	216163137	Leandro Filipe Ferreira da Cruz	244273197	125€	125€
E/5176/2016	Oleg Stina	236407317	Tatiana Armanu	267412150	125€	125€
E/5311/2016	Frederico Miguel Suordem Ferreira	231172397	Patrícia Sofia Palmeirão da Silva	233352295	125€	125€
E/5303/2016	Leila Cristiana do Vale da Velha	215241053	Carlos Alexandre Martins Lopes	222626321	125€	125€
E/5349/2016	Ana Filipa Gomes da Silva	211938521	Carlos Jorge Alfredo Sousa	226119840	500€	500€
E/5412/2016	Isa Betânia da Silva Monteiro	238432416	Gonçalo José Rosa Matias	221927190	125€	125€
E/3726/2016	Sara Raquel Fonseca Gaspar	247715840	-----	----- ---	500€	500€
E/4195/2016	Sara Isabel Serra Oliveira	215929330	-----	----- ---	125€	125€

4. Relativamente a 1 (um) processo abaixo identificado, que deu entrada no 2º trimestre de 2016 ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, decorre audiência prévia nos termos dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, pelo que será objeto de apreciação futura:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/5105/2016	Sónia Sofia Ferreira Franco	221286926	-----	-----

5. Deste modo e atendendo a que:

- Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação;
- A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2014/A/75.



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 19 (dezanove) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo à natalidade ao primeiro progenitor requerente, nos processos abaixo identificados, calculado com base na alínea a) e b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2016	Pagamento de 2ª tranche em 2016
E/3189/2016	José Manuel Rodrigues Cardoso	205348491	Maria Fernanda dos Santos Carrasqueira	221668152	125€	125€
E/3443/2016	Hugo Filipe Pereira	238164535	Soraia Nascimento Ramalho	253607418	500€	500€
E/3449/2016	Liliana Marisa Martins	212926160	Virgolino Feteira Ribeiro Machado	176820116	500€	500€
E/3636/2016	Catarina Isabel Augusto Coelho	226711501	João António da Fonte Marques	215929322	500€	500€
E/3727/2016	Patrícia Raquel da Fonseca Crispiniano Mendes	226050009	Nuno Miguel Afonso Mendes	220508917	125€	125€
E/3877/2016	Telma Carina Lemos Gaspar	223902799	Marco Miguel Teixeira Domingues	226575217	125€	125€
E/4001/2016	Valeriia Mironova	270421386	Yevgeniy Sytnitskiy	237201119	500€	500€
E/4083/2016	Maria Lina Dos Santos Engenheiro	212835645	Rodrigo José Alves dos Santos	226758028	500€	500€
E/4193/2016	Marta Isabel Silva Gomes	248070045	Ricardo Miguel Pina Sousa	244772029	125€	125€
E/4454/2016	Inês Catarina Marques Cruz	249048477	Pedro Filipe Rosa Neves	250224445	125€	125€
E/4840/2016	Hélder Manuel da Silva Rodrigues	207703060	Cristiana Marisa Lopes Martinho	221224335	125€	125€
E/5102/2016	Tânia Patrícia Simões Neto	216163137	Leandro Filipe Ferreira da Cruz	244273197	125€	125€
E/5176/2016	Oleg STina	236407317	Tatiana Armanu	267412150	125€	125€
E/5311/2016	Frederico Miguel Suordem Ferreira	231172397	Patrícia Sofia Palmeirão da Silva	233352295	125€	125€
E/5303/2016	Leila Cristiana do Vale da Velha	215241053	Carlos Alexandre Martins Lopes	222626321	125€	125€
E/5349/2016	Ana Filipa Gomes da Silva	211938521	Carlos Jorge Alfredo Sousa	226119840	500€	500€
E/5412/2016	Isa Betânia da Silva Monteiro	238432416	Gonçalo José Rosa Matias	221927190	125€	125€
E/3726/2016	Sara Raquel Fonseca Gaspar	247715840	-----	-----	500€	500€
E/4195/2016	Sara Isabel Serra Oliveira	215929330	-----	-----	125€	125€
				<b>Total</b>	<b>5000€</b>	<b>5000€</b>

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

**Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:**

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 31/08/2016
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 30/11/2016

**Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“ Voto a favor por concordar com a medida na generalidade.*

*Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”*

## **28 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA DA CULTURA**

452 - Presente deliberação n.º 207 de 31 de março de 2016, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

**Atividades Anuais:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8113/15	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2016	36,2
E/8126/15	510866883	Associação Casa D'Arvore ABC Natur	Plano de Atividades de 2016	34,6
E/8135/15	504934562	Associação Tocândar	Oficinas precursão de gaita de foles, participação em eventos	37
E/8169/15	501417702	SOM - Sport Operário Marinhense	Teatro, Escola de Música e Exposições	35,6
E/8206/15	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música e Orquestra	34,2

**Atividades Pontuais:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8111/15	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	4ª Edição do arraial popular	30,4
E/8129/15	501150544	SCM - Sporting Clube Marinhense	Festa da Embra 2016	28
E/8156/15	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Concurso de Poesia	25,6
E/9384/15	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Festival de Folclore da BIP	30,8
E/8165/15	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	35º Encontro de Folclore	31,8
E/8523/15	501082832	STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	29,8

Presente informação n.º 832/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 30/06/2016, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, as candidaturas da Associação Tocandar, Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego e Clube Recreativo Amieirinhense preenchem os requisitos previstos no n.º 6.º do regulamento, propondo a atribuição do apoio financeiro às referidas entidades.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou as propostas, com as quais concorda na íntegra, e delibera conceder:

1. Ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL						
ATIVIDADES ANUAIS						
REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/8135/2015	Associação Tocândar	504934562	Oficinas precursão de gaita de foles, participação em eventos	37	2015/A/176	6.000€
Total						6.000€

2. Ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL						
ATIVIDADES PONTUAIS						
REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/8111/2015	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	4ª Edição do Arraial Popular	30,4	2015/A/176	250€
E/8113/2015	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2016	36,2	2015/A/176	12.500€
Total						12.750€

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL						
ATIVIDADES ANUAIS						
REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/8206/2015	Clube Recreativo Amieirinhense	501163980	Projeto de Escola de Música/Orquestra da	34,2	2015/A/176	6.000€
Total						6.000€

Mais delibera em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº1 do art.º 20º do regulamento, aprovar as minutas dos contratos-programa em anexo a celebrar com as entidades beneficiárias, e aprovar com data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2016, no caso das entidades cujas atividades ou projetos se iniciaram entre 1 de janeiro e

**31 de março de 2016, e o dia 1 de abril de 2016, no caso das entidades que iniciaram as atividades ou projetos a partir de 1 de abril de 2016.**

**Estiveram presentes os apoios a estas entidades, porque estas reúnem as condições necessárias para receberem o respetivo apoio financeiro.**

**Entende-se que irão estar presentes em Reunião de Câmara, à medida que foram cumprindo os requisitos exigidos, as restantes entidades.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria de 6 votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira (MpM) que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente, temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao*

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/07/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 19

*cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvagarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação. “*

## **29 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte de julho de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **10.059.801,85 €** (dez milhões, cinquenta e nove mil, oitocentos e um euros e oitenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13.30horas.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pelas 15.00h, tal como ficou acordado entre todos, sob proposta da Sra. Vereadora Cidália Ferreira, deu-se início à reunião de trabalho para discussão da primeira Revisão aos Documentos Previsionais de 2016. A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho esteve ausente devido a compromissos anteriormente assumidos.

### **O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu o seguinte:**

No seu entender, para discutir esta revisão são necessários os seguintes elementos:

1. Variação das receitas em percentagem e em valor face à dotação inicial
2. Variação das despesas em percentagem e em valor face à dotação inicial
3. Execução da receita em 2016
4. Execução da despesa em 2016
5. As alterações às rubricas com os valores e justificação dos mesmos
6. Real capacidade de endividamento à data de hoje
7. Quadro comparativo do PEDU, com os valores dos projetos candidatados e os já aprovados

8. Lista dos programas de incentivos que estão abertos ou que se saiba de antemão que vão abrir, acompanhada de nota explicativa do que vamos candidatar e qual o valor do investimento para cada rubrica
9. Listagem dos créditos não cobrados entre 2008 e 2016
10. Listagem dos créditos prescritos entre 2008-2016

Sem estes elementos, nenhum de nós pode dar contributos sérios para a revisão.

Não podemos limitar-nos só a incorporar o saldo de gerência.

O modelo do PEDU por exemplo, tem que ser alterado e negociado. Neste âmbito da regeneração urbana, está a comprar imóveis e já disse que os pode disponibilizar à CMMG se esta precisar. A rede de saneamento e de águas tem que ser estudada. Temos que analisar estas grandes rubricas. Fazer um esforço e olhar como deve ser para os projetos e se for necessário reformular alguns. Esta revisão orçamental é um documento muito importante para o futuro.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:**

Na sequência da reunião que teve anteriormente com o executivo permanente solicitou e não lhe foi fornecido ainda, o seguinte:

1. Quais são os projetos de arquitetura e engenharia que estão a ser feitos fora e dentro da Câmara?
2. Qual é o ponto de situação das candidaturas aos fundos comunitários?
3. Quais foram as 14 alterações efetuadas pelo Sr. Presidente e quais eram as suas dotações iniciais? E qual a justificação para as suas alterações?
4. A que se referem as alterações ao mapa de pessoal?

Efetivamente há rubricas que foram mexidas e não lhe parecem passíveis de merecer aprovação, pois não concorda com projeções para o ano de 2017. Com as obras “deslocadas” e esta revisão aprovada o Sr. Presidente não precisa de mais nada, fica com orçamento para 2017 e governa com duodécimos. Com o nosso voto favorável, não.

**O Sr. Vereador António Santos referiu o seguinte:**

Quer resolver os problemas dos munícipes que estão em sofrimento, hoje. Demos a entender ao público que esteve presente na reunião de Câmara que, iríamos resolver os seus problemas e estamos aqui a colocar muitas dificuldades e não estamos a encontrar soluções.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:**

Esta questão já deveria estar resolvida há muito tempo. Estamos muito atrasados. A revisão orçamental tem um valor muito elevado e carece de uma resolução rápida. Já era previsível que iríamos ter que dar seguimento ao saldo de dezembro de 2015. Podíamos já estar a trabalhar desde o início deste ano e tendo por base o plano estratégico do Professor Augusto Mateus poderíamos, com calma, enquadrar o que queremos fazer. O executivo permanente teve seis meses para trabalhar o documento e porque é que tem pressa agora? Mantém o ponto de vista que apresentou na reunião de segunda-feira. Vai analisar melhor as 14 alterações já efetuadas e da sua real dimensão, face à presente proposta de revisão. Reconhece que há rubricas urgentes e prioritárias, como por exemplo a adutora dos Picotes, mas não se sente culpado do estado a que se chegou. Precisa de ver os documentos com mais atenção.

**O Sr. Presidente referiu o seguinte:**

O que está em discussão, não é futurologia. O que temos como certo é a alocação de um saldo de gerência no valor de cerca 7 milhões de euros. Vai reunir a informação necessária e enviar a mesma aos Srs. Vereadores amanhã.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**453 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

No final foi elaborada esta ata, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, Técnica Superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**